



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 1 DE MARÇO DE 2018.

Nº. 6/2018

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Faltou o Sr. Vereador Paulo Jorge Nascimento, cuja presença estava prevista em substituição do Sr. Vereador Francisco José Caldeira Duarte, ao abrigo do disposto do nº.1 do artigo 78º. da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro,

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,10 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomou a Câmara conhecimento da resposta dada, pelo Sr. Vereador David Marques, aos Srs. Vereadores da CDU sobre o pedido de apresentação do Plano de Coordenação do Evento Entrudanças, que a seguir se transcreve:

“Solicitaram os senhores vereadores da CDU a apresentação do Plano de Coordenação do evento Entrudanças 2018 em reunião da Câmara realizada no dia 15 de fevereiro de 2018.

Em resposta ao solicitado cumpre dizer o seguinte:

- Os Planos de Coordenação de Eventos não têm enquadramento legal definido nos diplomas legais em vigor que regulam a Proteção Civil. Numa situação em que se registem acidentes graves ou catástrofes, a resposta deverá ser assegurada pelo dispositivo identificado pelos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (PMEPC);

-O Serviço Municipal de Proteção Civil de Castro Verde não dispõe ainda, e desde há muito, de qualquer recurso humano interno que assegure operacionalidade técnica e da estrutura dos instrumentos de planeamento;

- O Município de Castro Verde elaborou em 2017 e pela primeira vez, em 14 edições, o Plano de Coordenação de Eventos relativo ao Festival Entrudanças 2017.

- O mesmo documento, em função das alterações pouco significativas em termos espaciais e de dinâmica do evento, mantém atualidade quer no diagnóstico como na definição de resposta, pelo que não foi elaborado um Plano de Coordenação do Entrudanças 2018, sem prejuízo de tal prática poder ser retomada em eventos futuros.”

Interveio a seguir o Sr. Vereador António João Colaço lembrando que a preocupação que manifestaram sobre o Plano de Coordenação do evento Entrudanças foi no sentido de alertar para os perigos que podem advir na realização deste tipo de iniciativas que envolvem muitas pessoas. Referiu que quando pediram o Plano de Coordenação do Entrudanças não foi para chatear, a preocupação dos vereadores da CDU não é com os eleitos do PS é com os munícipes do concelho e com quem o visita porque os acidentes não acontecem só aos outros. Referiu ainda que conforme a informação dizia, o plano não tinha sido feito só uma vez. O plano foi feito várias vezes tal como era feito para as festas da vila, pra feira de castro, e para todos os grandes eventos.

Interveio o Sr. Vereador David Marques afirmando que era mais preocupante a inexistência do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil desde 2015, do que o Plano de Coordenação de Eventos.

O Sr. Vereador António João informou que a revisão do referido Plano Municipal de Emergência esteve em consulta pública em 2015 e foi remetido para a Autoridade da Proteção Civil para que a mesma se pronunciasse sobre o mesmo. Salientando que o mais importante é que exista e possa ser utilizado em caso de necessidade independentemente de estar aprovado ou não pela ANPC.

Lembrou que não havia ainda sido entregue cópia da correspondência havida sobre a substituição do Técnico do Gabinete Técnico Florestal, assim como da informação que é prestada mensalmente pelo Ministério das Finanças sobre a derrama cobrada, conforme haviam solicitado.

Relativamente a esta última questão, o Sr. Presidente da Câmara informou que tal informação não tem estado disponível no site do referido Ministério.

Lembrou também o mesmo Vogal que a informação que pretendiam sobre a utilização do transporte de alunos para e da Funcheira era diária e não na sua totalidade, semanalmente.

Tendo o Sr. Presidente respondido que não tinha percebido que deviam ser detalhadas e que as próximas já seriam conforme pretendido.

Questionou depois o Sr. Vereador António João a situação do funcionamento da ETAR das Piçarras, assim como da criação de um parque de emergência na Rua Morais Sarmiento, em Castro Verde, conforme o Partido Socialista havia proposto no mandato anterior enquanto oposição.

Relativamente à primeira questão o Sr. Presidente da Câmara informou que o empreiteiro estava a ultimar os trabalhos e que na próxima reunião prestava essa informação.

Quanto à segunda questão lembrou o que haviam proposto no mandato anterior e que estava a ser equacionada a criação desse mesmo parque de emergência, aquando do projeto das obras do PEDU.

Questionou o Sr. Vereador António João o porquê da ausência de representante do corpo de bombeiros na reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Ao que o Sr. Vereador David Marques respondeu, que não passava pela cabeça de ninguém que os bombeiros não tivessem sido convocados para a reunião da comissão e que o procedimento foi normal, assinou a convocatória mas não foi entregá-la em mão, presumindo que possa ter havido algum extravio.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação das atas das reuniões anteriores**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da atas das reuniões anteriores, realizadas no dia 15 e 26 de Fevereiro findo, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-as à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-as a votação, separadamente, tendo a mesma sido aprovadas por unanimidade e nominalmente.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- **Expediente:**

Tomou a Câmara conhecimento dos “e-mails” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dando conhecimento da resposta dada à sua pergunta que dirigiu ao Ministério da Economia sobre a “Reivindicação dos Trabalhadores das minas de Neves Corvo; e dos seus projetos de lei que “Estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT”; e o “Regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível.”

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.- Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao período de 1 a 28 de Fevereiro de 2018, o qual apresenta os seguintes saldos:

- **Operações orçamentais:**

Saldo do ano de 2017	185.669,35 €
Receitas cobradas	1.304.837,62 €
Soma	1.490.506,97 €
Despesas realizadas	1.468.138,11 €
Saldo em 28.02.2018	22.368,86 €

- **Operações de Tesouraria:**

Saldo do ano de 2017	251.447,84 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	110.398,49 €
Soma	361.846,33 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	116.229,81 €
Saldo em 28.02.2018	245.616,52 €

- **Disponibilidades**

Caixa	4.057,58 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €

Instituições Bancárias	261.427,80 €
Total das disponibilidades em 28.02.2018	267.985,38 €
Documentos	20.479,17 €
Total de movimentos de tesouraria em 28.02.2018	288.464,55 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 28 de Fevereiro de 2018: 734.481,04 €.

Tomou a Câmara Municipal igualmente conhecimento do resumo diário de tesouraria reportado à mesma data.

2. - Contratação de empréstimo bancário

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando a necessidade em executarmos um conjunto de projetos no Concelho de Castro Verde, ao longo do próximo quadriénio, 2018/21, de valores bastante elevados como são:

- Rede Viária: EM 508 (Castro Verde – EN2/Santa Bárbara;
- Rede Viária CM 1139 (Santa Bárbara – EM 508) Limite;

Para estes dois projetos só temos disponíveis 460.000,00 € do anterior empréstimo, valor bastante pequeno para o total do investimento a suportar com estas duas empreitadas, **1.372.519,39 € (sem considerarmos eventuais trabalhos a mais e respetivas revisões de preços)**, atendendo ao Orçamento da Autarquia.

- Ampliação do Cemitério;
- Remodelação de instalações elétricas do Estádio Municipal;
- Zona das Atividades Económicas;
- Rede de Águas;

Para estes quatro projetos, com um valor total orçado em cerca de **565.000,00 €**, também um número bastante relevante para o nosso orçamento.

- Regeneração Urbana de Castro Verde;
- O corredor pedonal na Rua Morais Sarmiento;
- O corredor pedonal na Rua D. Afonso Henriques;
- A requalificação do espaço público do Largo Vítor Prazeres;
- O Parque Comunitário (2ª. fase);
- O Centro Coordenador de Transportes;
- O Centro de Artes e Ofícios.

E ainda mais sete projetos, comparticipados pelo PEDU (ponto 6), em 85%, a parte que nos cabe a nós em termos de investimento a suportar pelo orçamento municipal é de cerca de **310.000,00 €**.

Considerando os valores em causa, seria de todo impossível a sua realização sem o recurso a um empréstimo a médio e longo prazo;

Considerando o teor da proposta presente à Assembleia Municipal de Castro Verde em 08 de Fevereiro de 2018 (doc. anexo I), sobre a intenção da Câmara Municipal em solicitar um pedido de empréstimo num total de 1.175.000,00 € (um milhão cento e setenta e cinco mil euros) a contratar para utilizar na execução dos projetos mencionados ao longo dos anos 2018 e 2019;

Considerando que temos capacidade de endividamento conforme documento em anexo II;

Assim, face ao exposto, proponho a V. Ex^{as}, ao abrigo do disposto nos artigos 49º e 51º da Lei nº.73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais – adiante REFAL);

- a) O recurso a um empréstimo a médio e longo prazo, no valor de 1.175.000,00 € (um milhão cento e setenta e cinco mil euros) afim de fazer face a todos estes investimentos que temos necessidade realizar no Concelho, no próximo quadriénio (anos 2018/21), assim dividido
 - **Rede Viária: EM 508 e CM 1139 (ponto 3) – 300.000,00 €.**
 - **Projetos inscritos no PPI, não participados (ponto 5) – 565.000,00 €.**
 - **Projetos aprovados na operação PEDU (ponto 6), 310.000,00 €, valor respeitante aos 15% de encargos da Autarquia com o investimento em causa.**
- b) Que sejam consultadas as entidades bancárias a seguir indicadas:
 - Caixa Geral de Depósitos;
 - CCAM de Aljustrel e Almodôvar, CRL
 - Millennium bcp;
 - Banco Santander Totta SA;
 - Novo Banco e
 - Banco BIC
- c) Para tanto devem as mesmas apresentar as suas propostas que satisfaçam as seguintes condições:
 - **Montante:** até 1.175.000,00 €;
 - **Prazo:** 20 anos;
 - **Utilização:** será efetuada através da libertação de tranches, com forme solicitação do Município para pagamento dos autos de trabalhos realizados e faturados;
 - **Taxa de juro:** Euribor a seis meses;
 - **Período de deferimento:** dois anos;
 - **A modalidade de amortização:** através de prestações constantes.

Apreciada a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António João que justificou a sua posição não pela CDU estar contra o recurso ao crédito mas porque as dúvidas e os considerandos levantados não terem ainda sido totalmente esclarecidos.

Ficam anexos à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos os documentos que constituem a proposta ora aprovada.

3.- Ratificação da emissão de licença especial de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato da decisão que tomou relativamente à licença especial de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, a Fernando Martins da Silva, em representação da Sociedade Recreativa e Filarmónica 1º de Janeiro, para realização de bailes nas suas instalações, sitas na Rua Morais Sarmento nº.69, em Castro Verde, das 22,30 às 3 horas, no período de 25 de Fevereiro a 25 de Março do ano corrente, em cada dia que pretendem realizar o evento, condicionado todavia à redução do ruído a partir das 24 horas, sob risco de revisão do horário autorizado em eventos futuros.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão da referida licença especial de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Obras particulares:

1.- Deliberação final sobre processos de obras:

Apreciou a Câmara e, com base nos pareceres prestados pelo Gabinete de Gestão Urbanística e Ambiental, aprovou por unanimidade e nominalmente, os seguintes projetos para efeitos de deliberação sobre os respetivos processos de obras:

- das especialidades, apresentados por Carlos Santos de Almeida, para construção de um armazém agrícola na Courela das Castanhas, na freguesia de Santa Bárbara de Padrões. (proc.º. nº.28/2017).
- de arquitetura e especialidades apresentados por Luís Carlos Fernandes Domingos, para construção de piscina no logradouro da sua habitação sita na Rua de São Pedro nº.8, no Monte dos Geraldos (proc.º. nº.2/2018).

2. - Constituição de edifício segundo o regime de propriedade horizontal:

Apreciou a Câmara o aditamento ao projeto de construção de habitação multifamiliar, constituído por três fogos, na Rua Eugénio de Andrade, lote 19, em Castro Verde, requerido por M- Tomé Construções Ld.^a. tendo em vista a sua constituição em regime de propriedade horizontal, em três frações autónomas, organizadas da seguinte forma:

Fração A: 1 apartamento T3, com a área coberta de 72,32 m², e descoberta de 76,35 m², a que correspondente em permilagem de 432,33 ‰

Fração B: 1 apartamento T3, com a área coberta de 74,24 m², e descoberta de 22,08 m², a que correspondente em permilagem de 302,33 ‰

Fração C: 1 apartamento T4, com a área coberta de 100,17 m², e descoberta de 16,78 m², a que correspondente em permilagem de 265,33 ‰

É domínio público comum às três frações a área de 11,33 m².

Apreciado o pedido, a Câmara, em face do parecer do Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, certificar que o edifício em causa reúne as condições referidas

no artigo 1414º e seguintes do Código Civil para que seja constituído segundo o regime de propriedade horizontal.

DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1.- Atribuição dos Apoios Económicos aos Estudos do Ensino Superior

- Apreciação e votação da proposta da Comissão de Análise das Candidaturas:

Foi presente a proposta formulada pela Comissão de análise e apreciação/seleção das candidaturas às Bolsas de Estudo do Ensino Superior, na qual propõe o seguinte:

- Que, a exemplo do que aconteceu com outros apoios sociais concedidos pela Autarquia, (deliberação da reunião ordinária de 1 de Fevereiro/2018), mantenha a medida de fortalecimento de apoio social, indexando a exclusão adote uma medida das candidaturas a um valor superior a 1,7 (729.13 €) do IAS (Indexante aos Apoios Sociais), adotando temporariamente para o ano letivo de 2017/2018, a referida alteração à alínea a) do ponto 2 do Art.º 5º do Regulamento, à semelhança das bolsas atribuídas nos anos letivos anteriores e conforme deliberação da Assembleia Municipal para esse efeito, a manutenção desta medida de fortalecimento de apoio social que permitirá o alargamento da atribuição de apoios.

Apreciado o assunto, Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprovar o proposto pela Comissão em causa e submete-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

2. - Concessão de subsídios:

- **À Associação de Mediadores Ciganos de Portugal (AMEC):**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pela Sr^a. Vereadora Alda Mestre:

“Reside há largos anos em Castro Verde uma comunidade de etnia cigana que, em muitos casos, enfrenta condições sociais e humanas sobre as quais urge intervir, independentemente da natureza dessa intervenção. Conhecida que é a especificidade da antropologia cultural destas comunidades e tendo presente o compromisso do atual executivo em intervir nas situações sociais mais urgentes do concelho, entende o Município que, existe a necessidade de promover uma intervenção integrada e alargada, desde a identificação à resolução dos problemas, passando necessariamente pela mediação, e que esta última deve ser efetuada, à semelhança do que tem vindo a acontecer com sucesso em diversas regiões do nosso território, por elementos com experiência e identificados com aquela comunidade.

Pretende-se que esta mediação assente num trabalho conjunto entre a Câmara Municipal de Castro Verde (CMCV) e a Associação de Mediadores Ciganos de Portugal (AMEC) de forma a estabelecer bases de cooperação ao nível da realização conjunta de iniciativas de interesse para ambas as partes e tendo sempre presente o interesse do Município de Castro Verde e de acordo com os princípios de intervenção e Missão da AMEC.

Assim, para a prossecução dos objetivos aqui descritos, proponho a atribuição de um apoio financeiro de 1.000,00 (mil euros) à AMEC para o ano de 2018, a pagar em dois semestres: 500 € até 15 de Março e 500 € até 15 de Setembro.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, conceder à Associação de Mediadores Ciganos de Portugal o subsídio nos termos proposto pela Sr^a. Vereadora Alda Mestre, autorizando o respetivo pagamento.

- **À Associação de Cante Alentejano “Os Ganhões”:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

“Na sequência da solicitação anexa, e atendendo ao papel importante desempenhado pela Associação de Cante Alentejano “Os Ganhões” na promoção do cante e da identidade e cultura local, proponho a atribuição de um apoio financeiro de 1.000,00 €, para efeitos de organização e realização do Encontro de Cante Alentejano no próximo dia 3 de Março.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente conceder à Associação de Cante Alentejano “Os Ganhões” o subsídio proposto pelo Sr. Vereador David Marques, autorizando o respetivo pagamento.

- **À Associação de Moradores da Cerca dos Pinheiros:**

Foi presente a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

“Na sequência da solicitação apresentada em reunião, e atendendo ao papel importante desempenhado pela iniciativa em apreço, de atração e valorização do território e da promoção da prática desportiva, proponho a atribuição de um apoio financeiro de 1.000,00 €, para efeitos de organização e realização da Prova de XCO integrada na Taça do Algarve, em Castro Verde, prevista para o próximo dia 20 de Maio, organizada pela Secção de BTT/Cicloturismo da Associação de Moradores da Cerca dos Pinheiros.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, atribuir à Associação de Moradores da Cerca dos Pinheiros o subsídio proposto pelo Sr. Vereador David Marques, autorizando o respetivo pagamento.

3. - Concessão de cartões sociais:

Com base na informação nº.106 da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto e respetiva documentação anexa deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Inácio Paulino Chanoca, residente em São Marcos da Ataboeira; e a Maria Joaquina Mamede Palma Lameira, residente no Monte dos Namorados, ambos no escalão A; e a Mariana Maria, residente na Estação de Ourique, no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de: Maria da Conceição Cruz Gomes Paulos, residente em Castro Verde; Fernando José Sobral Nobre, residente em Aivados; e de Acácio José, residente em São Marcos da Ataboeira, todos no escalão A; e de Maria Joaquina Serôdio Pereira Valente, residente no Monte dos Geraldos, no escalão B.

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Interveio a cidadã Ana Rita Mestre que questionou o ponto da situação acerca da requalificação da Escola Secundária de Castro Verde e se havia algumas garantias por parte do Ministério da Educação para essa mesma intervenção.

O Sr. Presidente da Câmara confirmou que manteve uma reunião no dia 10 Janeiro com a Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Educação sobre esta matéria e que, na sequência desse encontro, realizou-se uma vista de técnicos da Direção Geral dos Equipamentos Educativos ao edifício da escola secundária. Por outro lado, adiantou que defende, como sempre defendeu, a necessidade de haver uma intervenção e que, nesse sentido, é preferível que a mesma seja na ordem dos 1,2 milhões de euros do que não haver nenhuma obra.

Informou a mesma cidadã que estava a circular um abaixo-assinado na escola e que contava já com um número significativo de assinaturas, tendo o Sr. Presidente manifestado satisfação com essa iniciativa e, ao mesmo tempo, informado que teria todo o gosto em assinar o documento, uma vez que o mesmo pode ser importante e contribuir para fazer desenrolar o processo que há muitos anos (e não apenas há quatro meses!), é desejado pelos estudantes, professores e restante comunidade educativa.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.